



CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO 2006 - 2007

De um lado, o **SINDICATO DOS ADVOGADOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA - SINDALEX**, entidade sindical representativa da categoria dos profissionais empregados advogados, neste ato representada por seu Presidente, Sr. José Pedro Bellani, CPF nº 223 667 769 34, entidade com registro perante o Ministério do Trabalho sob o nº 46000.008079/94, CNPJ nº 82 702 705 0001 15, com sede na Av. Gov. Irineu Bornhausen, n. 4.860, Sala dos advogados (anexo à sede da OAB/SC), Agronômica, Florianópolis, SC, CEP 88025 900, e, de outro lado,

1º - **SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS, ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA - SESCON-SC**, entidade sindical representativa da categoria econômica, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Luiz Antonio Martello, CPF nº 501 642 369 53, com registro no Ministério do Trabalho sob o nº 24.430.001.197, CNPJ nº 83 797 191 0001 91, com sede na Av. Jucelino Kubitchek, nº 410, Bloco B, 3º Andar, Salas 306/308, Joinville, SC, CEP 89201 906;

2º **SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS, ASSESSORAMENTO, CONSULTORIA, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SESCON GRANDE FLORIANÓPOLIS**, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Maurício Melo, CPF nº 375 896 959 04, entidade registrada perante o Ministério do Trabalho sob o nº 002 365 885 11- 4, CNPJ nº 80 672 587 0001 14, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 303, Edifício Dias Velho, 9º Andar, centro, Florianópolis, SC, CEP 88010 903.

CLÁUSULA 1ª ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência de 1 ano, a contar de 1º de maio de 2006 a 30 de abril de 2007, abrangendo todos os profissionais advogados, com vínculo de emprego no Estado de Santa Catarina, cuja categoria econômica é representada pelo SESCON-SC, SESCON-GRANDE FLORIANÓPOLIS.

CLÁUSULA 2ª - REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos advogados empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, serão reajustados em 01.05.2006, no percentual de 5% dos reajustes salariais pactuados pelos Sindicatos Patronais ora convenientes, aplicáveis à categoria preponderante, através das respectivas CCTs firmadas com o SINDASPI/SC, nos seguintes percentuais, incidentes sobre os salários já corrigidos na forma da Convenção Coletiva anterior :

1



CLÁUSULA 3ª - DO SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

Fica instituído, um salário mínimo profissional, para os advogados empregados, equivalente a **R\$ 920,00** (novecentos e vinte reais), por mês, para uma jornada de trabalho de quatro horas diárias contínuas, a vigorar a partir de **01.05.06**, observadas as condições abaixo estipuladas:

Parágrafo primeiro – A representação da categoria econômica assume o compromisso de nas negociações futuras, examinar a possibilidade de concederem reajustes no valor do salário mínimo profissional, fixado no caput desta cláusula, visando adequá-lo às especificidades da forma de contratação e da atividade profissional.

Parágrafo segundo - Em caso de contratação para uma jornada de trabalho, superior a quatro horas diárias, a remuneração mínima será negociada livremente entre as partes contratantes.

Parágrafo terceiro - O salário mínimo profissional instituído no caput desta cláusula, será devido exclusivamente aos profissionais que preencham os requisitos da Lei n.º 8.906 de 04.07.94, e que estejam com sua situação regularizada junto a Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Santa Catarina.

Parágrafo quarto – Aos empregados que percebem salário misto, o somatório da parcela fixa e variável, não poderá ser inferior ao piso estabelecido no caput desta cláusula, respeitando-se, todavia, o disposto na cláusula 6ª, § 2º, deste instrumento.

CLÁUSULA 4ª - DO PAGAMENTO DA ANUIDADE DA OAB

Em sendo o profissional advogado, contratado nas condições estabelecidas na cláusula 3ª. acima, o valor correspondente da anuidade devida pelo advogado à OAB, será reembolsado pela empregadora, no mesmo mês em que se efetivar o respectivo pagamento.

CLÁUSULA 5ª - FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DOS ADVOGADOS

Na vigência deste instrumento, as empresas/entidades se comprometem a incentivar a participação do profissional advogado em cursos, seminários, encontros, congressos e outras atividades culturais, visando a reciclagem, aperfeiçoamento e especialização do profissional, desde que em áreas específicas da atividade desempenhada junto ao empregador, assim como de colocar à disposição dos profissionais contratados, obras e demais publicações necessárias para o desempenho das atividades respectivas.

CLÁUSULA 6ª – DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA

Os honorários de sucumbência, decorrentes de ações judiciais em que for parte a empregadora, reverterão integralmente em favor dos advogados empregados, que tenham atuado no feito, devendo, de comum acordo as partes (profissional(is) e empregadora), regulamentarem as condições sobre a matéria, cabendo a empregadora, encaminhar para depósito e registro cópia do referido instrumento ao SINDALEX.

Parágrafo primeiro: Não havendo pactuação expressa entre as partes sobre o assunto, fica desde já estabelecido como repasse mínimo, o percentual de 10%(dez por cento) dos honorários de sucumbência líquidos auferidos.



Parágrafo segundo: Os honorários de sucumbência, não serão computados na composição do salário mínimo profissional, estabelecido na cláusula terceira.

CLÁUSULA 7ª - AUXILIO CRECHE

As empresas que não possuam creches próprias, manterão convênios com estabelecimentos particulares nos termos da legislação em vigor, estendendo o prazo de atendimento para crianças de 0 a 6 anos de idade;

Parágrafo Único - A empresa que não atender o critério previsto no "caput", reembolsará aos empregados decorrentes de internamento em estabelecimentos particulares de filho na faixa etária de 0 a 6 anos de idade, em instituições de livre escolha do empregado, limitando esse valor em R\$ 53,50 (cinquenta e três reais e cinquenta centavos), devendo o empregado para fazer jus a tal benefício, comprovar documentalmente junto a empregadora o gasto efetuado com dita despesa.

8ª - EMPREGADOS NOVOS ADMITIDOS

Durante a vigência da presente Convenção, os empregados novos admitidos não poderão perceber remuneração inferior a dos empregados dispensados, desde que admitidos para trabalho da mesma natureza, excluídas as vantagens pessoais e dispensada a necessidade de comprovação de experiência anterior.

9ª - EMPREGADO MAIS NOVO NA EMPRESA

Por ocasião do reajuste salarial e quando da admissão, não poderá o empregado mais antigo receber salário inferior ao empregado mais novo na mesma função, devendo, neste caso, ser efetuada a equiparação salarial na forma da lei, salvo se a empresa tiver quadro organizado de carreira.

10 - EMPREGADO SUBSTITUTO

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário do empregado substituído.

11 - MORA SALARIAL

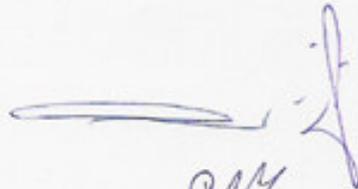
As empresas pagarão ao empregado 1% (um por cento) ao mês mais correção monetária sobre o salário vencido, no caso de mora salarial, entendida esta como ocorrendo a partir do 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

12. COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão obrigatoriamente aos seus empregados, envelope mensal de pagamento ou documento equivalente, contendo, além da identificação da empresa, discriminação de todos os valores pagos e descontados.

13. AVISO PRÉVIO

Para os empregados com mais de 5 (cinco) anos de serviço na empresa e com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade, o aviso prévio a ser concedido pela empresa será de 45 (quarenta e cinco) dias.


RM



14. DESPEDIDA POR JUSTA CAUSA

No caso de despedida por justa causa, a empresa comunicará por escrito ao empregado, o motivo da rescisão.

15. PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

A quitação das verbas rescisórias, mesmo nos casos de aviso prévio indenizado pelo empregado ou pela empresa, ou no pedido de dispensa do cumprimento do aviso pelo empregado, será efetuado pela empresa no prazo estabelecido pelos parágrafos 6º e 8º do artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com a redação dada pela Lei 7.855/89, além da penalidade prevista nesta Convenção.

16. ASSISTÊNCIA SINDICAL NAS RESCISÕES CONTRATUAIS

As rescisões de contrato de trabalho serão efetuadas perante o Sindicato dos Advogados no Estado de Santa Catarina - SINDALEX, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo único – Nos municípios onde o SINDALEX, não mantenha escritórios, delegacias, mesmo que por convênio com qualquer outra entidade sindical, não se aplica do disposto no caput desta cláusula.

17. AVISO PRÉVIO INDENIZADO

No pedido de demissão com indenização do aviso prévio, os dias correspondentes integrar-se-ão para todos os efeitos legais.

18. DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

Fica o empregado dispensado do cumprimento do aviso prévio, provocado pela empresa, caso o empregado obtenha novo serviço antes do término do referido aviso, remunerando a empresa apenas os dias efetivamente trabalhados.

19. GARANTIA DE EMPREGO A GESTANTE

Serão garantidos o emprego e/ou o salário à empregada gestante, desde a concepção da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto.

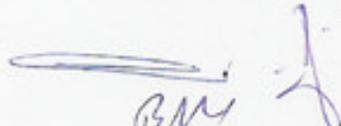
Parágrafo único: Não se aplica o disposto dessa cláusula no caso de:

- 1) rescisão contratual por justa causa;
- 2) acordo entre as partes assistidas pelo sindicato Profissional;
- 3) pedido de demissão;
- 4) rescisão ou término do contrato de experiência ou prazo determinado;
- 5) se até 60 (Sessenta) dias após a rescisão de contrato de trabalho, a empresa não estiver sido avisado/notificada por escrito do estado gravídico, visando possibilitar que a empregadora ao tomar conhecimento, possa reintegrar a empregada nos seus quadros

20. ESTABILIDADE AO ACIDENTADO

Será garantidos emprego e salário ao empregado vítima de acidente de trabalho nos termos da lei 8.213 de julho de 1.991, enquanto vigor.

Parágrafo 1º - Excetuam-se das garantias previstas no "caput" dessa cláusula os casos de demissão por justa causa, pedido de demissão ou acordo entre as partes, devidamente


4



homologados pelo Sindicato dos Advogados no Estado de Santa Catarina, nas duas últimas hipóteses.

Parágrafo 2º - Não serão considerados, para contagem do período de garantia previsto no "caput" desta cláusula, as férias vencidas e o aviso prévio.

21. GARANTIA AOS APOSENTÁVEIS

A todos os empregados que no período de 01.05.2006 à 30.04.2007, estiverem ao máximo de 18 (dezoito) meses de aquisição do direito a aposentadoria por tempo de serviço, em seus prazos mínimos, (assim entendido, 25 anos de serviço para mulher e 30 anos para o homem) e por idade, desde que contém com um mínimo de 5 (cinco) anos ininterruptos de serviço na respectiva empresa, será garantido o emprego. Completado o tempo necessário para a aquisição do referido direito, em sendo ou não exercido, extingue-se a garantia.

Parágrafo Único - Excetuam-se das garantias previstas no "caput" dessa cláusula os casos de demissão por justa causa, pedido de demissão ou acordo entre as partes, devidamente homologados pelo Sindicato nas duas últimas hipóteses.

22. HORAS EXTRAS

A jornada extraordinária de trabalho será remunerada com o adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal (Lei nº 8906/94, art. 20, § 2º). As horas extras prestadas nos domingos e feriados serão remuneradas com adicional de 110% (cento e dez por cento), podendo ser compensado por descanso em outros dias, desde que solicitado pelo empregado.

23. ADICIONAL NOTURNO

A empresa pagará a título de adicional noturno o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da hora normal e será pago ao empregado que laborar entre 20h00 horas de um dia e 5h00 horas do dia seguinte (Lei nº 8906/94, art. 20, § 3º).

24. ABONO DE FALTA AO TRABALHADOR

O empregador abonará a falta do empregado no caso de necessidade de consulta médica a filho até 14 (quatorze) anos de idade ou deficiente, mediante comprovação por declaração médica.

25. INTERVALO INTRA-JORNADA

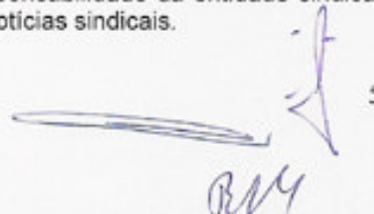
Fica assegurado o direito do empregado, nos intervalos intrajornada não concedidos, de recebimento de horas extras, como se tal fosse.

26. CONTROLE DO HORÁRIO DE TRABALHO

É obrigatória utilização de livro-ponto ou cartão mecanizado, para o efetivo controle do horário de trabalho, a fim de que possibilite o real pagamento das horas trabalhadas além da jornada normal.

27. QUADRO DE AVISOS

Fica assegurado a colocação de quadro de avisos, sob responsabilidade da entidade sindical no âmbito da empresa, para a afixação de editais, avisos e notícias sindicais.


5



28. LIVRE ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL

Fica assegurado o livre acesso dos dirigentes sindicais nas empresas para desempenho de suas funções desde que, a empresa seja comunicada com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas.

29. LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAL

Para acompanhamento das atividades sindicais, ficará liberado o dirigente sindical, durante 10(dez) dias ao ano e 1(um) empregado por empresa, durante a vigência da presente Convenção, para participação em reuniões, congressos, convenções que envolvam a entidade sindical, sem prejuízo de suas remunerações.

30. PARTICIPAÇÃO DE FÉRIAS

A concessão das férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, cabendo a este assinar a respectiva comunicação.

31. ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

Fica assegurada a antecipação do percentual de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário, por ocasião das férias, aos empregados que requeiram até 10 (dez) dias antes do início das férias.

32. FÉRIAS PROPORCIONAIS

Ao empregado que rescindir espontaneamente seu contrato de trabalho antes de completar 1 (um) ano de serviço, serão pagas férias proporcionais, à razão de 1/12 (um doze avos) da respectiva remuneração mensal, por mês completo de trabalho ou fração superior a 14(quatorze) dias.

33. FORNECIMENTO DE RSC

Obrigatoriedade de fornecimento dos formulários preenchidos pela empresa de RSC (INSS) aos empregados demitidos ou demissionários, desde que solicitados.

34. CURSOS E REUNIÕES

Fica estabelecido que os cursos ou reuniões, quando de comparecimento obrigatório, deverão ser realizados durante a jornada de trabalho ou, se fora do horário normal, mediante pagamento de horas extras.

35. FORNECIMENTO GRATUITO DE LANCHES

As empresas fornecerão obrigatória e gratuitamente, lanches para seus empregados, quando estes estiverem trabalhando em regime de horas extras em caráter excepcional. As empresas que não dispuserem de cantina ou refeitório deverão destinar um local, em condições de higiene, a fim de que seus empregados possam lanchar.

36. ANOTAÇÕES NA CARTEIRA DE TRABALHO

As empresas deverão anotar na Carteira de Trabalho de seus empregados, o salário percebido, como também a função pelos mesmos efetivamente exercida.

37. CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO

O empregador se obriga a entregar a segunda via do contrato de trabalho ao empregado.

6



38. CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O contrato de experiência fica suspenso durante a concessão do benefício previdenciário, completando-se o tempo nele previsto após a cessação do referido benefício.

39. VALE FARMÁCIA

As empresas fornecerão vale para aquisição dos remédios, desde que o empregado comprove, por receita médica o preço do produto, a quantia suficiente a aquisição do medicamento.

40. ACT DE PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO - BANCO DE HORAS

Fica estabelecida a possibilidade de realização de Acordos Coletivos de Trabalho para o estabelecimento de banco de horas entre empresas e o SINDALEX/SC, limitada a compensação de horas prorrogadas no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data de prorrogação.

41. RENEGOCIAÇÃO

As partes se comprometem a durante o mês de setembro/2006, reunirem-se para analisar o cumprimento da presente Convenção Coletiva, bem como para verificarem a possibilidade e/ou necessidade de se pactuar qualquer concessão relativamente às cláusulas de natureza econômica.

42. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL - EMPREGADOS

As empresas descontarão, compulsoriamente, de todos os seus empregados representados pelo SINDALEXSC, a importância correspondente a um (01) dia da remuneração mensal do empregado no mês seguinte ao da assinatura deste instrumento, repassando os respectivos valores ao Sindicato dos Advogados no Estado de Santa Catarina, a título de contribuição assistencial.

43. RELAÇÃO DOS EMPREGADOS

As empresas deverão enviar ao Sindicato dos Advogados no Estado de Santa Catarina – Sindalex, a relação dos empregados abrangidos pela Contribuição Assistencial e cópia da guia de recolhimento da contribuição assistencial, com os respectivos dados de cada empregado (nome, função, data de admissão, salário percebido e valor do recolhimento), até o dia 10(dez) do mês seguinte ao desconto dessa verba.

44. CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA/ASSISTENCIAL - PATRONAL

Em cumprimento ao que foi deliberado na Assembléia Geral Extraordinária do SESCON-SC e SESCON GRANDE FLORIANÓPOLIS, as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, recolherão em favor dos respectivos Sindicatos Patronais, à título de Contribuição Confederativa Patronal, os seguintes valores :

- a) SESCON - SANTA CATARINA a 2% (dois por cento) da folha de pagamento do mês de junho/2006 obedecendo a uma contribuição MÍNIMA de R\$ 40,00(quarenta reais), inclusive para empresas sem funcionários e cujo recolhimento deverá ser efetuado até 31/07/2006, em guias próprias a serem fornecidas pelo Sindicato respectivo.
- b) SESCON – GRANDE FLORIANÓPOLIS – R\$ 35,000 por empresa, cujo recolhimento deverá ser efetuado até 31/07/2006.



Parágrafo Único: O não recolhimento da contribuição acima, no prazo estabelecido (31/07/2006), implicará no pagamento de multa de 2% (dois por cento), além da variação monetária e juros de mora.

45. DESCONTOS DAS MENSALIDADES

A empresa se obriga, a partir da assinatura da presente Convenção, a fazer desconto e o repasse das mensalidades sociais, desde que autorizadas pelo empregado, descontadas em favor do SINDALEX/SC, até 10(dez) dias úteis após efetuado o desconto mensal.

46. ACORDOS COLETIVOS, PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO

Fica estabelecida a possibilidade de acordos coletivos de trabalho, entre empregador e respectivos empregados, para compensação e prorrogação de jornada de trabalho, observadas as formalidades prescritas pela Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo as condições e horários, bem como enviando ao Sindicato Acordante o referido instrumento, em 4(quatro) vias para posterior registro na Delegacia Regional do Trabalho.

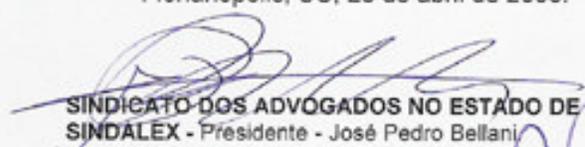
47. PENALIDADES

Pelo não cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas nesta Convenção Coletiva, fica estabelecida multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do salário normativo da categoria, por infração, em favor da parte prejudicada.

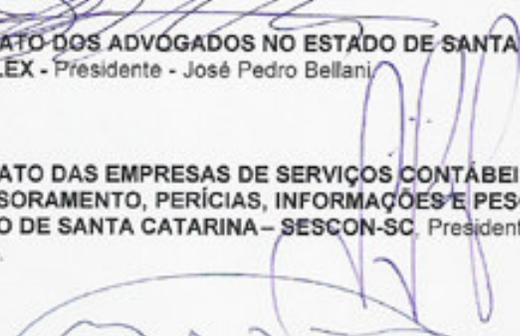
48. VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência de 12 (doze) meses, com início em 1º de maio de 2006 e término em 30 de abril de 2007.

Florianópolis, SC, 28 de abril de 2006.


**SINDICATO DOS ADVOGADOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA-
SINDALEX -** Presidente - José Pedro Bellani

**SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS,
ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS NO
ESTADO DE SANTA CATARINA - SESCO-SC,** Presidente - Luiz Antonio Martello.


**SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS,
ASSESSORAMENTO, CONSULTORIA, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E
PESQUISAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SESCO GRANDE
FLORIANÓPOLIS,** Presidente - Mauricio Melo.

DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
Nos termos do artigo 614, da CLT, defiro o pedido de registro da presente Convenção/Acordo Coletivo de Trabalho/ Alterações, constante do processo nº. 10506406-73
Registrado e Arquivado na DRT/SC, sob o nº. 445 de fls. 38 do livro nº. 28
Florianópolis, 14/06/06

Edilene Freire Silvestrin
SERET/DRT-SC
Mat. 0256304 SIAPE